**Organização sindical metalúrgica em rede no contexto brasileiro**

**Organización sindical metalúrgica en red en el contexto brasileño**

**Metallurgical trade union network in the Brazilian context**

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo realizar uma análise das possibilidades e limites das Redes sindicais por empresa enquanto instrumento de organização dos trabalhadores metalúrgicos frente à lógica de organização em rede estabelecida pelo capital. Esse tipo de iniciativa teve origem nos países do Norte Global que, historicamente, contam com uma trajetória de desenvolvimento econômico e social distinta dos países do Sul Global. O artigo lança luz sobre o contexto brasileiro para compreender a construção das redes sindicais por empresa nos países periféricos. Serão tratados aspectos regionais que interferem diretamente nessa construção, além de apontar para os desafios presentes nesse tipo de organização. Em síntese, longe de esgotar o debate, pretende-se apontar as redes como uma possibilidade concreta de enfrentamento ao capital de forma alternativa à estrutura sindical oficial vigente.

**Palavras –chave:** Brasil; Trabalhadores; Redes; Organização; Sindicatos.

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo llevar a cabo un análisis de las posibilidades y los límites de las redes sindicales por empresa como instrumento para organizar a los trabajadores metalúrgicos en vista de la lógica de organización de redes establecida por el capital. Este tipo de iniciativa se originó en los países del Norte Global, que históricamente han tenido una trayectoria de desarrollo económico y social distinta de los países del Sur Global. El artículo arroja luz sobre el contexto brasileño para comprender la construcción de redes sindicales por empresa en países periféricos. Se abordarán los aspectos regionales que interfieren directamente en esta construcción, además de señalar los desafíos sindicales en este tipo de organización de red. Lejos de agotar el debate, se pretende señalar a las redes como una posibilidad concreta de enfrentar al capital de forma alternativa a la actual estructura sindical oficial.

**Palabras clave:** Brasil; Trabajadores; Redes; Organización; Sindicatos.

**Abstract:** This article aims to carry out an analysis of the possibilities and limits of union networks by company as an instrument for organizing metalworkers in view of the logic of network organization established by capital. This type of initiative originated in the countries of the Global North, which historically have had a trajectory of economic and social development distinct from the countries of the Global South. The article sheds light on the Brazilian context to understand the construction of union networks by company in peripheral countries. Regional aspects that directly interfere in this construction will be addressed, in addition to pointing out the union challenges in this type of network organization. Far from exhausting the debate, it is intended to point out the networks as a concrete possibility of confronting capital in an alternative way to the current official union structure.

**Key words:** Brazil; Workers; Networks; Organization; Unions.

**Introdução**

No Brasil, a estratégia de organização em redes sindicais por empresa surgiu na década de 1990 por meio da relação de solidariedade entre sindicatos europeus e brasileiros e, em 2001, foi impulsionada por um projeto de formação sindical entre a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a *Federatie Nederlandse Vakbeweging* (FNV), central sindical holandesa. Neste período, a indústria brasileira vivia um cenário de profunda reestruturação produtiva. Os trabalhadores nas indústrias temiam perder seus empregos para a automatização do processo produtivo e o movimento sindical estava em alerta. Diante dessa situação, houve a criação, por lei, das chamadas Câmeras Setoriais, cujo objetivo geral era construir uma política industrial setorial.

Esses fóruns se constituíam em espaços de negociação tripartites com representantes dos trabalhadores, governo e empresários, voltados para o debate das medidas necessárias para a superação das dificuldades enfrentadas pelos setores econômicos em um contexto de recessão e abertura econômica, característicos dos primeiros anos da década de 1990.

Essa experiência, como nos revela Arbix (1996, p. 127) ‘”em que pese sua fragilidade, deixou marcas nas relações entre o Estado, o Capital e o Trabalho no Brasil”, em especial a organização da Câmara Setorial do setor automotivo, em que, “através dos acordos selados (1992 e 1993) contribuíram para a redução da taxa de conflitos entre os sindicatos – em especial os vinculados a CUT – e as empresas do setor; protegeram os salários e o emprego e impulsionaram decisivamente a recuperação da indústria”.

Ainda, segundo o mesmo autor, esse importante espaço constituído,

nasceu como um escudo de resistência diante da recessão e da abertura econômica efetivada pelo governo Collor. A novidade, porém, foi que o seu desenvolvimento não esteve voltado para os velhos expedientes protecionistas, mas para uma real sintonia com os processos de globalização e modernização industrial. Com vantagem de ter estabelecido um terreno de maior controle sobre seus efeitos perversos. (ARBIX, 1996, p. 127).

A reestruturação produtiva enfrentada pelos trabalhadores no Brasil, inclusive com experiências de organização de ações articuladas entre sindicatos, governo e empresas já demonstrava fragilidades como a alta concentração regional do desdobramento das medidas, mantendo a insegurança acerca do mercado de trabalho latente nas demais regiões brasileiras. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC) foi notadamente protagonista no campo sindical no processo de debates e negociações nas câmaras setoriais (GALVÃO, 1998).

Na esfera supra nacional, este processo já havia acontecido em países centrais, onde está localizada a maioria das matrizes das fábricas presentes no Brasil. Portanto, o sindicalismo destas nações já tinha passado por este difícil processo de readequação dos postos de trabalho. Assim, intensificou-se um movimento de articulação e solidariedade internacional vindo do movimento sindical europeu para com o movimento sindical brasileiro, em especial o sindicalismo concentrado na região do ABC. Sob este ambiente hostil e, ao mesmo tempo solidário, a ideia de se organizar em redes sindicais por empresa ganhou força no Brasil.

Na Europa, já havia um histórico de organização dos trabalhadores por empresa, os chamados Comitês Mundiais de Trabalhadores (CMTs) ou Comitês Europeus de Trabalhadores. A dinâmica de funcionamento dos CMTs consiste em organizar grupos de trabalhadores de determinada empresa de diversos países que trocam informações sobre as condições de trabalho e organizam ações coordenadas para diminuir as desigualdades entre as diferentes plantas da empresa ao redor do globo.

Deste fato, depreende-se a influência europeia em organizar trabalhadores por empresa e não apenas por sindicato. Contudo, do ponto de vista organizativo, este modelo encontra dificuldades para ser aplicado em outros continentes. Em geral, a estrutura sindical europeia é mais concisa. A Alemanha, por exemplo, conta com apenas um sindicato metalúrgico em todo o país, enquanto o Brasil conta com mais de cem. Portanto, quando esta ideia chega ao país, é preciso repensá-la sob a perspectiva da estrutura sindical brasileira.

A necessidade de se criar redes nacionais de trabalhadores foi percebida inicialmente pela CUT durante a parceria com a FNV quando dirigentes brasileiros foram convidados a visitar a unidade da Unilever, uma empresa transnacional de bens de consumo com sede na Holanda. A ideia era mobilizar trabalhadores da mesma empresa no Brasil para conhecerem a realidade deles na matriz. Foi então que os dirigentes da CUT notaram a dificuldade em articular a participação destes trabalhadores (FRAMIL, 2015, p. 80). Segundo um ex-dirigente da ICEM e assessor da CUT, citado por Ricardo Framil:

Fomos tentar cumprir esse convite e caímos na realidade. Verificamos que era quase impossível mandar o pessoal pra lá. Não existia um sindicato único no Brasil que representasse o pessoal da Unilever. A gente não tinha nada, nem sabia onde existia Unilever. Pela pulverização dos sindicatos, você não tinha por onde começar. A não ser que começasse pela empresa. Tem uma unidade aqui, quem é o sindicato lá? Está filiado a alguma central? Você imagina, precisava de uma pesquisa. A gente passou a discutir com os holandeses. [...] Enviaríamos três companheiros, um ligado à Força Sindical, que na última hora acabou não podendo ir. Dois cutistas, um de Porto Alegre e um de Vinhedo, que foram se conhecer lá na Holanda. Um absurdo. (FRAMIL, 2015, p. 80).

Neste sentido, pensar as redes sindicais sob a perspectiva brasileira implica considerar que o processo de desenvolvimento latino-americano e, em especial, brasileiro foi constituído com base em desigualdades produzidas por uma dinâmica de dominação entre países centrais e países periféricos e, marcado pela divisão internacional do trabalho. A relação entre as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas é de dependência, ao passo que as primeiras demandam produtos primários de baixo valor agregado dos países periféricos e estes, por sua vez, dependem economicamente disso e do acesso aos produtos de maior valor agregado produzidos nos países centrais. Porém, esta relação de dependência é desigual, visto que os países desenvolvidos se industrializaram primeiro e detém meios de produção de alta tecnologia e mão de obra especializada, ou seja, reúnem condições para maior produção de mais-valia (HOBSBAWN; 2007, p. 71-72).

Essa relação de desigualdade e dependência entre países centrais e periféricos em que a “modernidade e o atraso” são apresentados como se o primeiro solucionasse o segundo, retroalimenta o sistema capitalista, a produção de mais valor e de concentração de renda. Segundo Oliveira (2003), o sistema capitalista nutre o processo de concentração da renda rebaixando os custos da mão de obra para o aumento da mais-valia; por outro lado, em determinado momento estimula o pleno emprego ou índices perto disso para promover o consumo e assim, completar seu ciclo de acumulação. Em outras palavras, a modernidade apresentada pelo capitalismo se alimenta de condições precárias da classe trabalhadora (OLIVEIRA, 2003; p. 73-75).

Na mesma linha de argumentação, segundo Ruy Braga (2017), esta relação desigual entre Norte e Sul global é alimentada pela dinâmica de mercantilização do trabalho que tem precarizado postos de trabalho no mundo. O excedente populacional no Sul e a mão de obra barata atraem empresas de todo o mundo e coloca trabalhadores dos países desenvolvidos sob ameaça de demissão ou perda de direitos.

Em termos marxistas, a superpopulação relativa produz as necessidades cíclicas do capital em relação à oferta de força de trabalho, assegurando às empresas uma fonte inesgotável de mais-valor por meio da compressão de seus custos produtivos. Além disso, como o trabalho barato é largamente acessível na semiperiferia capitalista, os trabalhadores mais bem pagos do centro do sistema são permanentemente chantageados pela relocalização produtiva, podendo ser demitidos sem ser recontratados, em um movimento que aprofunda a desigualdade também em países avançados. (BRAGA, 2017, p. 31).

Neste sentido, esta lógica de produção e reprodução de desigualdades entre trabalhadores no mundo se reflete também na esfera sindical, que por sua vez se apresenta em estágios organizativos díspares ao redor do globo. Diante desse cenário, justifica-se o aprofundamento da análise do processo de construção da organização dos trabalhadores em rede, em especial dos metalúrgicos, como uma das formas de luta contra o aprofundamento das desigualdades potencializadas pelo sistema capitalista atual.

Este artigo pretende explorar a construção das redes sindicais enquanto instrumentos de organização dos trabalhadores que rema na contramão deste processo de aprofundamento das desigualdades, uma vez que proporciona a troca de informações e organização de ações coletivas e articuladas entre trabalhadores de diferentes plantas de uma mesma empresa em regiões distintas; considerando, como dito anteriormente, os padrões de desenvolvimento econômico estabelecidos no Brasil, a trajetória de organização dos trabalhadores brasileiros e os desafios enfrentados pelos sindicatos para a organização em rede.

Além desta breve introdução, o trabalho está dividido em três seções. A seção a seguir aborda algumas especificidades brasileiras em relação ao seu desenvolvimento industrial, de que forma se deu a conformação da indústria e passagens pontuais sobre a trajetória do sindicalismo no Brasil, que trazem elementos fundamentais para compreender as reflexões posteriores sobre a construção das redes sindicais por empresa no território nacional. A terceira seção abordará as redes sindicais enquanto instrumentos de organização dos trabalhadores que se distingue do modelo tradicional de organização sindical corporativo. Serão explorados pontos importantes como a formação destas redes, seu funcionamento e alguns desafios e possibilidades trazidos por este tipo de organização diante do contexto brasileiro. Por fim, as considerações finais buscam apontar reflexões sobre as redes sindicais a luz da trajetória brasileira, isto é, como os sindicatos podem organizar essas redes que fortaleçam a organização no local de trabalho, no nível nacional e internacional, levando em conta o padrão de desenvolvimento e a trajetória de organização sindical no país.

**Breve histórico da organização sindical no Brasil**

Para analisar a memória do movimento sindical brasileiro é necessário compreender de forma conjunta a trajetória da organização dos trabalhadores, suas reivindicações, resistências e propostas. De diversas maneiras, a classe trabalhadora sempre se posicionou diante de vários projetos de desenvolvimento econômico e social apresentados ao país. Esse percurso de lutas foi marcado por muitos momentos de conflitos, de oposições, de divisões e de pactos que compõem uma história cheia de riquezas e detalhes que não devem ser perdidas de vista para compreendermos a atual fase organizativa do sindicalismo.

Um aspecto importante para entender a constituição da sociedade brasileira é fundamental destacar a formação da classe trabalhadora e a organização dos trabalhadores nesse processo. Durante muito tempo não havia leis que assegurassem condições dignas, mas isso não impediu a luta e a criação de diversas formas de organização que garantissem melhorias das condições de vida e trabalho (VIANNA, 1978). Neste ponto, um aspecto fundamental a se destacar é que:

até meados dos anos de 1850, o trabalho escravizado dominava não apenas o cenário dos grandes latifúndios monocultores, voltados para a agricultura de exportação, mas também as principais cidades do país, em que os trabalhadores escravizados moviam portos, transportes terrestres, comércio urbano e até mesmo as primeiras fábricas. Ou seja, os trabalhadores assalariados, que compartilhavam espaços de trabalho e de vida urbana com os escravizados, atuaram coletiva e organizadamente pela sua libertação, demonstrando que este tipo de solidariedade na luta pela liberdade era parte do arsenal de valores da nova classe em formação (MATTOS, 2009, p.17).

As primeiras fábricas aqui instaladas surgiram no início do século e, em sua maioria, eram do setor têxtil.[[1]](#footnote-1) Algumas greves que se têm relatos nesse período são as dos ferroviários (1854), dos gráficos dos jornais no Rio de Janeiro (1858) e dos portuários em Santos em São Paulo (1877), cujas principais reinvindicações estavam relacionadas a salário, jornada de trabalho, condições de trabalho, segurança e proteção em relação às máquinas.

Em relação à organização coletiva,

as primeiras formas de organização dos trabalhadores, entre 1880 e 1900 foram caixas beneficentes, caixas de socorro mútuo e associações de bairro. Essas eram simples manifestações de solidariedade entre os trabalhadores. Mas logo, na véspera do novo século, começaram a surgir novas formas de organização, com outros nomes, como as Ligas Operárias, as Sociedades de Resistência e as Uniões dos Trabalhadores. Nessa época, as organizações passam a ter, cada vez mais, um caráter de resistência e luta. Foi este o caminho que rapidamente levou à formação de sindicatos, que já no início do século XX, a palavra sindicato era adotada para indicar a organização operária (GIANNOTTI,2007, p.56).

Algumas dessas experiências foram trazidas pelos trabalhadores imigrantes europeus que possuíam a vivência com o trabalho nas fábricas ou contato com a luta operária; aqui também ajudaram a disseminar os ideais socialistas e anarquistas, pois muitos deles eram ativos militantes em seus países de origem.

Nesse período havia um instrumento de luta muito importante que foram os jornais operários, mesmo que proibidos oficialmente, circulavam de mão em mão denunciando as péssimas condições de trabalho, divulgando as reinvindicações da classe trabalhadora e as ideias políticas de cunho anarquista e socialista de suas lideranças, que também se encontravam dentro das entidades sindicais e dentro das fábricas.

Em 1915 foi criado em São Paulo o Comitê de Defesa Proletária, uma organização que buscou a unificação da luta dos trabalhadores e que acabou por estimular uma onda grevista. Com a Europa em guerra, o Brasil passou a fornecer matérias primas e os operários sofriam as consequências do aumento da jornada de trabalho e da redução dos salários. Em 1917, sob a influência da Revolução Russa, ocorreu a greve mais significativa desse período com a participação de mais de 50 mil trabalhadores, cujas principais reivindicações eram “fim do trabalho noturno de mulheres e crianças, aumento salarial entre 25% e 30%, jornada de 8 horas, sábados com meio dia livre, pagamento de horas extras, fim da carestia e direito de organização” (GIANNOTTI, 2007, p. 68).

No período do governo de Getúlio Vargas, de 1930 a 1945, foi marcante a “ideia da necessidade de superação” do atraso econômico e social brasileiro pelo desenvolvimento industrial. O autoritarismo e sua crítica feroz às instituições democráticas de representação política (partidos, eleições, independência entre os poderes) foram algumas das heranças que esse governo esforçou-se por legar à história brasileira (MATTOS, 2009, p. 61).

Para a classe trabalhadora, a mais importante das ideias propagadas era que deveria haver uma convivência harmônica entre patrões e empregados, e que essa relação seria arbitrada pelo Estado, que também seria o regulador e protetor, utilizando-se para isso de uma legislação social, conhecida como “leis trabalhistas”, que eram compostas por quatro núcleos básicos:

1. *legislação previdenciária* - criou os institutos de aposentadorias e pensões que, com contribuições do Estado, dos patrões e dos trabalhadores, iriam garantir um mínimo em termos de seguridade social;
2. *leis trabalhistas* - regulavam jornadas e condições de trabalho, férias, descansos semanais remunerados, pisos salariais;
3. *legislação sindical* - criou o modelo do sindicato único por categoria e região (tendo o monopólio da representação), a estrutura vertical por categorias (sindicatos locais, federações regionais e confederações de abrangência nacional), e a tutela do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos, com poder de fiscalização das atividades e de intervenção nas direções sindicais;
4. *Justiça do Trabalho* - encarregada de arbitrar os conflitos de natureza trabalhista. (MATTOS, 2009, p. 63)

A relação entre o Estado e os trabalhadores foi marcada por uma série de acontecimentos. Em 1930 foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comercio de onde teve origem as leis trabalhistas que posteriormente fizeram parte da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), em 1943. Uma das funções desse ministério era propagar a proposta do novo modelo de sindicato oficial, reconhecido, porém tutelado. Segundo Mattos (2009, p.63), os “objetivos desses novos sindicatos eram claros: servir como interlocutores dos trabalhadores junto ao governo e vice-versa, funcionando por dentro do Estado, como órgãos públicos e, portanto, submetidos também às diretrizes das demais instâncias governamentais”.[[2]](#footnote-2)

O final desse período (1930/1945) foi marcado pelo fortalecimento da ideia de que o Estado (personificado por Getúlio) procurava se aproximar dos trabalhadores e dos chamados sindicatos oficiais. Com esse discurso se forjou o discurso trabalhista em que o Estado era “protetor” dos trabalhadores, cujas leis sociais e os sindicatos eram apresentadas como uma concessão, tentava-se apagar da memória coletiva toda luta e resistência do movimento sindical contra as opressões impostas pela ditadura e tentativas de desmobilizações ocorridas nesse período.

 Até o golpe militar em 1964, os sindicatos ganharam notória visibilidade diante da opinião pública. Houve intensa participação política dos dirigentes sindicais e dos trabalhadores no debate das grandes questões nacionais, como por exemplo, a implantação de medidas para as reformas de base nas áreas de educação, saúde, da terra (fundiária) e fiscal.

No campo sindical, negavam as alianças com os trabalhistas e defendiam uma organização paralela às instituições oficiais, as chamadas comissões de base dos trabalhadores nas empresas e as entidades intersindicais, apesar da legislação que as proibia. Entre essas manifestações, a de maior repercussão foi a greve de 1953, nomeada como “greve dos 300 mil”, devido à sua dimensão política e a organização que os trabalhadores apresentaram no local de trabalho e na criação de um organismo intersindical como o PUI (Pacto de Unidade Intersindical). Posteriormente houve a articulação do PUA (Pacto de Unidade e Ação) que reunia nacionalmente as entidades sindicais de trabalhadores em transportes marítimos, ferroviários, aéreos e portuários. Em 1962 foi criado a CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), “embrião” do que hoje conhecemos como as centrais sindicais, que exerceu papel de destaque nas manifestações em defesa das liberdades democráticas como direito a organização.

 Segundo Mattos (2009, p. 77-78), o “golpe pôs fim às esperanças de amplas transformações sociais no país, aquela estrutura mostrou seu potencial repressivo. Milhares de cassações de dirigentes e intervenções em entidades sindicais desmantelaram, em poucos meses, o trabalho de duas décadas de mobilização”. Para muitos que conseguiram escapar da prisão restou à alternativa da clandestinidade ou do exílio.

Os trabalhadores não aceitaram de forma passiva essa nova conjuntura, ainda que de forma clandestina existisse a organização nos locais de trabalho, por empresa, o que mantinha a ação sindical acesa, mesmo com todas as limitações impostas pelo aparelho repressor do Estado, por meio da repressão policial.

Assim, em 1968, ano citado anteriormente entre os que registraram aumento da produtividade industrial, os trabalhadores de Osasco e Contagem – duas cidades industriais que se separam das capitais, São Paulo e Belo Horizonte – com 15.000 e 6.000 trabalhadores, respectivamente, organizaram greves por melhores salários e contra a repressão implantada. Segundo Francisco Weffort, esses dois movimentos foram “expressões notáveis de movimentos moleculares que causaram surpresa” diante do regime ditatorial da época (1972, p. 22-23).

A greve de Contagem foi considerada uma greve “espontânea”, o que não significa que não tenha sido preparada. Pode-se dizer que foi impulsionada de forma conjunta pela grave crise econômica que gerava muita insatisfação social, aliada a uma “agitação sindical” criada pelas oposições sindicais e ainda por alguns grupos de esquerda. Esse caráter de “espontaneidade” deixou muitos sentidos e significados históricos, pois foram consideradas propulsoras para novas organizações e movimentos. Também serviu como germe para o despertar da consciência política e social dos operários, pois ao deixarem seu papel individual de submissão a uma realidade opressiva para assumirem um papel de resistência, transformaram-se em trabalhadores cientes da luta coletiva dentro e fora das fábricas.

De modo diferente de Contagem, Osasco foi uma greve organizada, programada e iniciada pelo sindicato e atingiu as empresas onde as comissões de fábrica (mesmo que ainda embrionárias) estavam instituídas e organizadas. Essa experiência foi fundamental para o movimento sindical, “pois sobre as bases das comissões de fábrica levou-se ao extremo o processo de democratização sindical e poucas vezes um sindicato no país teria chegado a tão alto grau de participação de base se constituindo uma alternativa à estrutura sindical vigente.” (WEFFORT, 1972, p. 52)

Em Osasco, o movimento foi duramente reprimido pelos militares no poder, alguns envolvidos foram presos, torturados e outros passaram para clandestinidade. A greve foi considerada como um ato subversivo e o crime foi registrado nas carteiras de trabalho das lideranças que permaneceram por anos sem conseguir trabalho. Foi construída na cidade, pelas autoridades e pela mídia, uma imagem que marginalizou e desqualificou a organização dos trabalhadores, contribuindo para um silenciamento das narrativas dos operários enquanto sujeitos (ROVAI, 2014).

Também como nos aponta Weffort (1972), em obra que analisa esses dois movimentos, destaca-se o fato de que “depois da primeira surpresa, essas greves passaram rapidamente ao esquecimento geral. Houve, talvez, algo mais. O esquecimento, neste caso, é simples indício de interpretação dos acontecimentos e de uma atividade ideológica geral diante das possibilidades do movimento operário no país” (WEFFORT, 1972, p. 9).

Embora o movimento dos trabalhadores de Osasco tenha sido derrotado, segundo depoimentos colhidos na pesquisa de Marta Rovai, sua organização deixou frutos. As greves dos metalúrgicos do ABC, realizadas entre 1978 e 1980, ainda sob o regime ditatorial, foram inspiradas na organização anterior destes trabalhadores (MARINHO; MEZA; FONSECA, 2020). Assim, a luta dos trabalhadores de Osasco e Contagem, embora silenciadas naquele momento, simbolizam a memória enquanto um instrumento de resistência.

Os anos 1970 podem ser divididos em dois períodos em relação à organização dos trabalhadores. Segundo Eder Sader (2001), a primeira metade da década é marcada por um silenciamento e submissão à lógica do padrão de acumulação capitalista vigente, resultado de uma sociedade reprimida e manipulada pelo regime ditatorial da época, e a segunda pela emergência de movimentos sociais, sindicais, associações de bairro independente do Estado e de partidos políticos que reivindicavam direitos e contestavam a ordem estabelecida.

Ainda no início da década de 1970, os trabalhadores brasileiros sofriam os impactos das derrotas do fim da década anterior. Os operários, silenciados enquanto sujeitos de sua própria história, eram vistos apenas como mais um elemento necessário ao processo de acumulação capitalista. Ainda segundo Sader:

Desde Oliveira Vianna, a heterogeneidade interna, a dispersão e um comportamento atomizado por parte dos trabalhadores, expressando uma incapacidade de universalização de seus objetivos, seriam determinados pelas próprias características da formação histórica da sociedade brasileira, do seu Estado e sua industrialização. Os resultados de experiências históricas foram vistos como atributos determinados pela própria estrutura social. E aí se cristaliza uma imagem da classe incapaz de ação autônoma (SADER, 2001; p. 31-32).

A segunda metade dos anos 1970 é marcada pela emergência de manifestações de movimentos sociais e associações de bairro de forma isolada, mas ao fim da mesma década, começaram a surgir manifestações de movimentos sociais antes subterrâneos e no 1º de maio de 1980, uma greve dos trabalhadores metalúrgicos do ABC por questões salariais, tomou proporções gigantescas chegando a atingir 120 mil manifestantes, pois se juntaram a eles diversos sindicatos, movimentos e associações de bairro. Essas transformações nas práticas de organização coletiva, segundo Sader (2001), é um efeito retardado das derrotas sofridas na década anterior e uma crise de referências políticas.

 Este período simbolizou a mudança nas práticas organizativas e a emergência de novos sujeitos coletivos. Nascia o novo sindicalismo, independente do Estado e de partidos políticos, movimentos sociais que substituíam o assistencialismo por valores de uma sociedade inclusiva, associações de bairro que reivindicavam direitos ao invés da prática anterior de troca de favores.

 O “novo sindicalismo” era considerado novo, pois se diferenciava do sindicalismo pré-1964 e tampouco se aproximava do sindicalismo assistencialista desenhado na ditadura, mas fincava suas raízes na organização nos locais de trabalho e se opunha à estrutura sindical corporativista e em defesa da liberdade e autonomia sindical. A fundação da CUT (Central Única dos Trabalhadores) em 1983, após grandes mobilizações e sob a efervescência deste “novo sindicalismo” teve como alicerce estas três bandeiras, porém não construiu bases capazes de romper com a estrutura sindical vigente, retroalimentando-se de antigos pilares corporativistas estabelecidos pelo Estado, como a unicidade sindical e o imposto sindical (LADOSKY, OLIVEIRA, 2014).

 O nascimento do novo sindicalismo, para Larissa Rosa Correa e Paulo Roberto Ribeiro Fontes, teve um impacto tão grande para estudiosos do tema que o período anterior, do pré-golpe até 1978 atraiu poucos olhares para a análise dos movimentos de trabalhadores. Assim, segundo esses autores, se construiu uma ideia de que o movimento sindical brasileiro “adormeceu em 1964, teve um espasmo em 1968 e acordou agitado dez anos depois – quando o chamado “novo sindicalismo” emergiu (...)” (CORREA, FONTES, 2016, p. 139).

 Ao longo da década de 1980, em um cenário de constantes altas na inflação e arrocho salarial, mas ao mesmo tempo em um clima de redemocratização surgiram diversos movimentos coletivos em defesa de direitos sociais, políticos e por melhores salários.[[3]](#footnote-3)

A trajetória da CUT neste período foi marcada por um expressivo aumento de sindicatos filiados e acirradas disputas internas que tiveram como resultados a formação de dois grandes grupos, um mais alinhado ao socialismo e defensor de um sindicalismo de mobilização e outro voltado para as negociações coletivas que se tornaria o grupo majoritário (RODRIGUES, 1997).

A década de 90, marcada pela globalização, reestruturação produtiva e uma onda neoliberal de dimensão mundial trouxe ao Brasil uma expressiva alta da informalidade, desemprego e precarização das condições e relações de trabalho. Assim, nesta época, o movimento sindical atuou na defensiva. O sindicalismo da CUT que estava no caminho de um sindicalismo de resultados e negociações por empresa, em detrimento de grandes mobilizações da classe trabalhadora, teve como pauta principal a defesa do emprego.

As iniciativas em defesa de postos de trabalho se deram por meio de projetos de formação profissional, intermediação de mão-de-obra e participação nas câmaras setoriais, como já relatado aqui anteriormente. Neste período vale destacar a criação da FS (Força Sindical), em 1991, resultado de uma dissidência no interior da CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores), incorporando um discurso antirradical e a defesa de ser um “sindicalismo de resultados”, de cunho “liberal” e “moderno” em contraponto ao sindicalismo cutista (LADOSKY, OLIVEIRA, 2014; RAMALHO, SANTANA, 2003).

O processo de reestruturação produtiva do capital teve impactos marcantes no movimento sindical brasileiro, uma vez que modificou o perfil da classe trabalhadora. Esta última, por sua vez, ameaçada pela competitividade de mão-de-obra regional e internacional assumiu valores de colaboração entre empregado e patrão em detrimento do embate classista. A abertura comercial provocou a entrada de empresas transnacionais, em especial europeias, norte-americanas e asiáticas em regiões de menor organização sindical. Além disso, houve um intenso e acelerado processo de flexibilização de direitos trabalhistas, terceirização e privatizações. Em seu conjunto, todos estes fatores contribuíram para um enfraquecimento e fragmentação da organização sindical (MATTOS, 2007, p. 131).

 Esta breve contextualização – que passa pela constituição da classe trabalhadora brasileira, pelo padrão de industrialização tardio, heterogêneo e dependente, pelo regime ditatorial e pela organização em massa dos trabalhadores – revela um percurso social marcado pela desigualdade e pela luta contra a opressão.

Neste sentido, considerando que os trabalhadores são produtos desta trajetória e que os fatos não são isolados, mas fazem parte de uma continuidade histórica, as redes sindicais por empresa que chegaram ao país no fim da década de 1990 também precisam ser repensadas diante deste contexto e não apenas como uma mera transposição do modelo de organização sindical europeu, onde teve sua origem.

**Redes sindicais por empresa enquanto instrumento de organização dos trabalhadores**

Os trabalhadores dos países centrais estão à frente na organização do movimento sindical latino-americano tanto por estarem em localizações já consideradas desenvolvidas e possuírem uma trajetória mais antiga e consolidada de militância operária, quanto por trazerem consigo uma herança diferente das dos países do sul, que tiveram industrialização tardia e foram em sua maioria colônias de exploração, entre outras características relacionadas ao padrão de desenvolvimento. Assim, as experiências de organização sindical internacional, como os Comitês Mundiais de Trabalhadores (CMTs), a articulação de Acordos Marco Globais (AMGs) e os grupos de trabalho por seguimento da indústria são de protagonismo europeu.

Na primeira metade da década de 1990, quando a ideia de se organizar em redes sindicais por empresa chega ao Brasil, as indústrias estavam passando por um processo de reestruturação produtiva que ameaçava demitir milhares de trabalhadores em nome do progresso tecnológico. Neste período, a lógica de integração e complementaridade da estrutura produtiva foi rompida, dando lugar à política econômica de abertura comercial. Empresas transnacionais espalhavam-se pelo mundo, em especial em países de mão-de-obra barata e menor organização sindical.

Na segunda metade dos anos 1990, houve a expansão de montadoras estrangeiras para outras partes do país que não o reduto tradicional do novo sindicalismo no ABC. Na fábrica da Volkswagen em São Bernardo, por exemplo, o número de trabalhadores passou de 40 mil em 1978 para 26 mil em 1996 e já se presumia que continuaria a cair, pois a empresa estava construindo unidades em cidades do interior do Rio de Janeiro e São Paulo (SILVER, 2005, p. 67).

Neste mesmo período, no ABC Paulista existiam comissões de fábrica instaladas nas principais indústrias metalúrgicas da região, principalmente nas montadoras de veículos. Por outro lado, no Brasil, considerando apenas os filiados à CUT, havia 81 sindicatos de metalúrgicos, entre os quais, nenhum outro, além do SMABC, possuía organização no local de trabalho instituída[[4]](#footnote-4). Conforme o depoimento do dirigente sindical citado anteriormente, não é tarefa fácil articular uma rede de determinada empresa no país, tendo em vista a fragmentação sindical e o fato de que as redes pressupõem a participação de trabalhadores do chão da fábrica para que as discussões sobre as condições de trabalho sejam legítimas.

As desigualdades internas e que impactam na organização das redes vão além das diferenças na organização sindical entre as regiões, passando pela heterogeneidade regional de desenvolvimento econômico e industrial que refletem diferenças significativas entre as condições de trabalho e salários entre plantas da mesma empresa instaladas em diferentes estados do Brasil[[5]](#footnote-5).

Como os trabalhadores tomarão conhecimento de diferenças gritantes de salários e de condições de trabalho vindas de uma mesma fonte pagadora e como organizar ações que busquem a equidade e a justiça para trabalhadores em uma mesma empresa? Essas são questões que a organização dos trabalhadores em redes sindicais por empresa tenta responder.

A Confederação Nacional dos Metalúrgicos da Central Única dos Trabalhadores (CNM/CUT) tem enraizada em sua ação política a organização e monitoramento das redes sindicais por empresa em nível nacional e a articulação em nível internacional. A instituição organiza e monitora hoje 21 redes sindicais por empresa[[6]](#footnote-6), algumas apenas em nível nacional e outras também internacional.

Este tipo de organização sindical é formado por trabalhadores que representam as diferentes plantas de determinada empresa no país, independentemente da central sindical de filiação do sindicato. O sindicato tem autonomia para indicar o representante da planta, mas ele deve ser preferencialmente trabalhador da referida empresa, uma vez que serão discutidas pautas do cotidiano nas fábricas.

Os debates da rede geralmente produzem uma pauta comum do grupo que resultam em ações articuladas entre as entidades sindicais. Durante o debate ficam explícitas diferenças de condições de trabalho e remuneração entre as plantas e estas diferenças geralmente transformam-se em pontos de encaminhamentos. As ações podem ser desde a elaboração de um boletim comum para ser entregue no mesmo dia em todas as plantas aos trabalhadores, ações de solidariedade entre funcionários das diferentes unidades da empresa ou a apresentação de uma pauta comum de reivindicações ao departamento de recursos humanos nacional da empresa.

A Rede de Trabalhadores na Arcelor Mittal, uma empresa siderúrgica transnacional, foi constituída por iniciativa da CNM/CUT há pelo menos 15 anos. Conta com trabalhadores de mais de 18 plantas e pelo menos três centrais sindicais distintas.

Um debate antigo no interior desta rede é o tema da construção das comissões que negociam a Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Segundo a Lei N.o 10.101, de 19 de dezembro de 2000, a comissão deve ser paritária entre empregados e a empresa, sendo pelo menos um trabalhador indicado pelo sindicato. Tradicionalmente a Arcelor, em todas as suas plantas, usava de artimanhas para eleger trabalhadores próximos à diretoria o que causava prejuízos à negociação para os operários e tornava o único trabalhador indicado pelo sindicato um “voto vencido”.

Por meio da troca de informações no espaço da rede e no intercâmbio com redes de outras empresas, possibilitado pela CNM/CUT, o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de João Monlevade em Minas Gerais, conseguiu firmar um acordo[[7]](#footnote-7) com a empresa em que acompanha o processo eleitoral de perto e tem acesso inclusive às listas de votação. Este acordo também prevê a indicação de duas pessoas pelo Sindicato e os eleitos têm dois anos de estabilidade. Segundo entrevista com o coordenador da rede:

A comissão tornou-se para nós um laboratório para a formação de quadros para o sindicato e nos deu a possibilidade de construir a organização no local de trabalho, na medida em que nos aproxima dos trabalhadores envolvidos na comissão. Outro ganho importante foi a transparência trazida à forma de eleição da comissão que antes nos deixava no escuro. A participação na rede foi fundamental para essa conquista e esse acordo já foi estendido para a planta em BH/Contagem. A ideia é que se estenda para todas as plantas.[[8]](#footnote-8)

Um outro dirigente do mesmo sindicato, em entrevista para a Revista “Promoção dos Direitos Trabalhistas na América Latina” afirmou:

Estarmos organizados em rede não é apenas uma palavra de ordem, é uma necessidade do mundo do trabalho. Assim como o capital, o trabalho também é internacionalizado. Assim, as decisões tomadas na chefia das multinacionais não afetam apenas o país sede, mas todos os países onde essa empresa possui plantas. Enquanto houver trabalhadores e trabalhadoras prejudicados, em condições desiguais e em situação de exploração, não nos é permitido ficar acomodados.

 A relação do trabalho com o capital nunca é igualitária, assim como as conquistas alcançadas no mundo do trabalho nunca são permanentes e estáveis. Cabe às redes sindicais unir trabalhadores e trabalhadoras em todo o mundo por condições mais favoráveis e igualitárias (CUT/DGB, 2014).

Os projetos de cooperação sindical internacional construídos pela CUT com centrais sindicais internacionais foram o pontapé inicial para que as Confederações pudessem dar continuidade à esta política de ampliação e fortalecimento das redes sindicais em âmbito nacional e internacional. Neste sentido, é notória a importância da Central para a construção das redes como agente propulsora deste tipo de organização por empresa, uma vez que a estrutura sindical fragmentada e desigual corrobora para a não articulação dos trabalhadores em uma mesma corporação de diferentes plantas.

A CUT, enquanto um grande “guarda-chuva” que abarca os sindicatos que representam os trabalhadores nas diversas regiões do país, exerce esse papel de articuladora e ao mesmo tempo de ampliar a visão dos trabalhadores para além do chão da fábrica. As Confederações dos ramos, como a CNM/CUT, também instituições nacionais, têm desempenhado um papel central na expansão e fortalecimento da política de redes promovendo ações formativas para os membros das redes, colocando em contato sindicatos de diferentes partes do país e estabelecendo conexão das redes nacionais com os CMTs e a IndustriAll (Federação Global da Indústria). Contudo, o funcionamento das redes depende de ações permanentes nas esferas internacionais, nacionais e locais, sem as quais, enfrentam fortes entraves na vivência cotidiana de suas organizações.

As decisões empresariais tomadas a partir da matriz podem ter impacto para determinado grupo de trabalhadores, como por exemplo, o fechamento de uma planta, ou pode ter impacto para todos, como a importação de determinado produto ao invés de produzi-lo. Estas são pautas que a rede atua ou em solidariedade ao grupo afetado ou através de ações articuladas em prol de toda a rede. Daí a necessidade do fortalecimento da atuação da rede e engajamento de seus membros de forma permanente.

A organização sindical por base municipal ou regional contribui para a pulverização dos trabalhadores e a construção de acordos coletivos distintos em cada planta de uma mesma empresa fazendo com que o poder de barganha dos trabalhadores, que muitas vezes fica enfraquecido frente às fragilidades econômicas e sociais em cada região, termine por gerar acordos muito desiguais em uma mesma empresa. Neste sentido, as redes remam na contramão da fragmentação sindical e podem ser uma alternativa para minimizar estas desigualdades.

No caso brasileiro, as *Redes*, além da dimensão internacional, cumprem um papel importante no âmbito nacional, ao tentar superar os limites da estrutura sindical existente no país, cuja abrangência dos contratos coletivos, se limita à esfera municipal. Ou seja, uma empresa no Brasil que tenha diversas unidades espalhadas pelo seu território terá, em cada cidade, um sindicato diferente a representar seus trabalhadores resultando também em diferentes negociações coletivas. Nesse sentido, as redes têm sido vistas também como uma espécie de ação alternativa às frustradas tentativas de superação do atual modelo sindical brasileiro (COSTA, 2016, p. 189).

A rede é um instrumento de organização horizontal e não orgânico à estrutura sindical que proporciona a troca de experiências sobre condições de trabalho e remuneração nas diferentes plantas de uma mesma empresa. Assim, não obedece a estrutura corporativa que divide a classe trabalhadora por municípios ou base regional, ao contrário, atua no sentido de unificar sindicatos que estão espalhados pelo país.

Existem Redes com mais de 20 plantas de uma mesma empresa e, portanto, uma grande diversidade de sindicatos e a rede tem como papel reunir estes trabalhadores em torno de uma bandeira comum. As divergências políticas e um ambiente de disputa podem ser evidenciados nos debates, uma vez que pode haver diferentes ideologias e sindicatos ligados a diferentes centrais sindicais, mas a canalização do debate para a construção de uma pauta comum que confronte a empresa em nível nacional é um avanço em relação ao modelo sindical tradicional.

A diversidade regional em relação às desigualdades reflete também em uma diferença em relação à organização sindical local. Enquanto os metalúrgicos do ABC possuem as comissões de fábrica dentro da empresa, metalúrgicos em outros estados brasileiros muitas vezes são impedidos de entrar no local de trabalho pelo fato de serem dirigentes sindicais.

As realidades são muito distintas e as redes contribuem para que a troca de experiências e a construção de ações de solidariedade entre as diferentes plantas de determinada empresa resultem no fortalecimento da organização sindical local. A participação de trabalhadores do chão da fábrica nas redes pode proporcionar uma melhor organização nos locais de trabalho a partir dessa troca de experiências.

O contrato coletivo nacional de trabalho é um ideal almejado por todas as redes e uma bandeira histórica da CNM/CUT desde sua fundação. A organização em rede, embora não seja tarefa fácil, pode contribuir para este objetivo, uma vez que tenta unificar as reivindicações dos trabalhadores para uma mesma empresa.

As datas base em cada sindicato são distintas, os salários são muito desiguais entre plantas de uma mesma empresa e o poder de barganha de cada sindicato também é dispare, porém, a busca por condições mais justas e equilibradas entre plantas de uma mesma empresa é papel da rede, portanto, o contrato coletivo nacional não é um sonho inatingível. A Rede de Trabalhadores na ThyssenKrupp, por exemplo, possui um acordo nacional de PLR.

A organização das redes no Brasil também é fundamental para a organização internacional dos trabalhadores no nível da empresa. A estrutura sindical em países centrais de forma mais concisa possibilita uma organização dos trabalhadores e poder de barganha mais fortes no plano nacional, ao passo que no Brasil, que conta com uma estrutura sindical fragmentada, as Centrais Sindicais e as Confederações Nacionais dos ramos tornam-se fundamentais como propulsoras desta organização.

Com efeito, a título de exemplo organizacional (Figura 1), a articulação internacional na organização das redes é mais bem definida no caso alemão, enquanto no Brasil, a CNM/CUT e a CUT desempenham um árduo trabalho que vai desde a articulação nacional, ações de fortalecimento das redes nacionais e formação sobre o tema até a articulação internacional para a participação brasileira nos CMTs.



Figura 1: Estrutura sindical internacional Alemanha/Brasil, Elaboração própria.

A figura acima mostra a estrutura sindical alemã e a brasileira no caso dos metalúrgicos. A IndustriAll Global Union representada nos dois lados do diagrama é o sindicato global da indústria e tem como afiliados sindicatos nacionais ou confederações da indústria ao redor do globo. A Confederação Sindical Internacional (CSI) abarca as centrais sindicais afiliadas em âmbito mundial. A *Deutscher Gewerkschaftsbund* (DGB) é a central sindical alemã afiliada à CSI, assim como a CUT no Brasil. Abaixo da central sindical alemã está o IGMettal, sindicato nacional metalúrgico alemão. Ao lado direito da figura, temos a CNM/CUT filiada à CUT e abaixo da Confederação existem 81 sindicatos orgânicos. As setas em sentidos opostos entre as duas figuras representam a demanda pela organização de trabalhadores em redes por empresa, que no caso alemão, partem do sindicato nacional que detecta a necessidade de se articular com trabalhadores de outras plantas ao redor do globo, enquanto no caso brasileiro, esta demanda chega geralmente, através da IndustriAll ou do próprio IGMettal.

Enquanto na estrutura sindical alemã as redes são organizadas à partir de uma articulação conjunta entre as instituições envolvidas, no caso brasileiro a demanda pela construção de uma rede parte da esfera internacional e a CNM/CUT tem o papel de construir as condições para a participação brasileira em determinado CMT que geralmente requer a organização de uma rede nacional, dada a fragmentação sindical brasileira.

 Uma perspectiva organizacional mais política, porém não menos importante, é a formação de quadros sindicais que as redes proporcionam às entidades que as integram. A participação contínua nos espaços de discussão e as oportunidades de atividades formativas que as Centrais Sindicais e as Confederações proporcionam, promovem ao longo do tempo a formação política destes dirigentes e, por consequência, o fortalecimento de sua ação sindical no local de trabalho.

No Brasil, as redes sindicais enquanto instrumento de organização contribuem para a superação da estrutura sindical vigente que divide os trabalhadores, enfraquece a ação sindical, dificulta as negociações com as empresas e gera diversas desigualdades, tanto de salário como de condições de trabalho. As ações da CUT e das Confederações no sentido de fortalecer as redes e criar novas formas de organização sindical, são fundamentais e funcionam como pontapé inicial para a superação da estrutura corporativa. Igualmente importante é o engajamento dos sindicatos locais na articulação das redes. Afinal, a ideia é constituir um canal de comunicação permanente sobre as condições salariais e de trabalho entre as plantas e organizar ações que possam minimizar as desigualdades produzidas pela atuação das empresas transnacionais.

**Considerações Finais**

As redes sindicais por empresa são instrumentos de organização sindical flexíveis, que não obedecem à rigidez da estrutura sindical oficial imposta desde a década de 1930 por Getúlio Vargas e que se assemelham à organização das empresas em cadeias produtivas espalhadas pelo globo. A ideia inicial desse tipo de organização sindical concebida em países do Norte é a de responder a essa lógica da organização empresarial.

No contexto brasileiro, há que se voltar um passo atrás e tentar organizar uma rede de trabalhadores que consiga responder às ações da empresa em nível nacional, uma vez que contamos com tantas desigualdades regionais, sociais e econômicas, além de uma estrutura sindical que permite um número tão elevado de sindicatos que termina por enfraquecer a ação sindical. O principal desafio consiste na organização destas redes, no convencimento dos sindicatos envolvidos sobre a importância deste modelo de organização e no fortalecimento destes espaços para que eles possam extrapolar as limitações impostas pela estrutura sindical vigente.

Assim, as redes sindicais nacionais de trabalhadores podem ser instrumentos que buscam diminuir as desigualdades nas condições de trabalho e de remuneração entre trabalhadores de uma mesma empresa em diferentes plantas. Concretamente, as redes sindicais favorecem a troca de informações, ampliam o poder de negociação dos trabalhadores e seus representantes e consequentemente ajudam a melhorar as relações de trabalho.

Pensadas sob a perspectiva brasileira, podem se constituir em instrumentos que destoam das ferramentas atuais de organização sindical, uma vez que são flexíveis, por não estarem previstas na estrutura sindical oficial; democráticas, pois colocam todos os seus membros, trabalhadores do chão de fábrica em patamar de igualdade e remam assim na contra mão da estrutura sindical hierarquizada; e, finalmente, articulam o local e o nacional, ao passo que trazem as demandas locais e desenvolvem ações nacionais a partir delas. Considerando que a organização dos trabalhadores em redes por empresa no Brasil é um tema complexo e longe de seu esgotamento, este artigo representa a faísca inicial para uma pesquisa que buscará aprofundar estas reflexões e trazer outras que façam sentido para a construção, por parte dos trabalhadores brasileiros, de respostas mais efetivas às ofensivas do capital globalizado.

**Referências**

[ARAÚJO, Angela M. C](http://lattes.cnpq.br/9508589460122830%22%20%5Ct%20%22_blank). As lideranças sindicais e a construção do sindicalismo corporativista no Brasil. In: REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares; FRY, Peter. (Org.). **Política e Cultura: Visões do Passado e Perspectivas Contemporâneas.** São Paulo: Hucitec, 1996.

ARBIX, Glauco. A dinastia corporatista. **Tempo Social. Revista Sociologia**, USP, São Paulo, nº 8 , 1996, p. 127-159.

BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins; OZÓRIO, Paula Cristina Monteiro; DIAS, Vivian Christina Fernandez. Análise do período 1930-1946: uma contribuição ao estudo da História dos Sindicatos e do Sindicalismo no Brasil. **Revista Direito e Sociedade**, Universidade Zumbi dos Palmares, São Paulo, nº 1, 2013.

BRAGA, Ruy. **A Rebeldia do Precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global.** São Paulo: Boitempo, 2017.

CNM/CUT. **Relatório do Encontro da Rede Nacional dos Trabalhadores na Gerdau.** São Paulo. 2015.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Renovado acordo nacional que garante PLR igual a metalúrgicos cutistas na Thyssen Elevadores.** 2016. Disponível em: <<http://www.cnmcut.org.br/conteudo/e-renovado-acordo-que-garante-plr-igual-a-metalurgicos-cutistas-na-thyssen>>. Acesso em 02/04/2020.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Encontro reúne coordenadores das redes sindicais metalúrgicas.** 2015. Disponível em: <<https://www.cnmcut.org.br/conteudo/encontro-reune-coordenadores-das-redes-sindicais-de-metalurgicos>>. Acesso em 19/02/2021.

[CORREA, Larissa Rosa; FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. “As falas de Jerônimo”: trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira. **Anos 90**, UFRGS, Porto Alegre, n. 43, 2016, p. 129-151.](https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/60849/39214)

COSTA, Hélio. **Responsabilidade Social Empresarial e Sindicalismo no Contexto da Globalização.** Orientador: Prof. Dr. Leonardo Mello e Silva. 2016. 269 f. Doutorado em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e CiênciasHumanas da USP. São Paulo. 2016.

CUT/IOS/DGBBW. **Revista Promoção dos direitos trabalhistas na América Latina.** Publicação do projeto Promoção dos Direitos Trabalhistas na América Latina. São Paulo, 2014.

FRAMIL FILHO, Ricardo. **O internacionalismo operário entre o local e o global: as redes sindicais de trabalhadores químicos e metalúrgicos no Brasil.** Orientador: Prof. Dr. Leonardo Mello e Silva. 2015. 205 f. Doutorado em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo. 2015.

GALVÃO, Andreia. “Os metalúrgicos do ABC e a câmara setorial da indústria automobilística”. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 10/11, 1998, pp. 83-10.

GIANNOTTI, Vitor. **História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil.** Rio de Janeiro: Núcleo Piratininga de Comunicação, 2007.

HOBSBAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993 92a. ed.

[LADOSKY, Mario H.; OLIVEIRA, Roberto V. O “novo sindicalismo” pela ótica dos estudos do trabalho. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 6, n. 11: 147-170. jan.-jun. de 2014.](http://relats.org/documentos/ORGVeras1.pdf)

MARINHO, Maria G. S. M. da C., MEZA, Eliane C. de C. M.; FONSECA, Karen C. D. da. (2020). Sindicalismo, autoritarismo e repressão entre dois polos. **REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - POLÍTICA & TRABALHO**, v. 1, n. 52: 40-52. Disponível em <https://doi.org/10.22478/ufpb.1517-5901.2020v1n52.51663> Acesso em 27/02/2021.

MATTEO, Miguel. **Além da metrópole terciária**. Orientador: Prof. Dr. Jorge Ruben Biton Tapia. 202f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MELLO E SILVA, Leonardo; FRAMIL FILHO, R.; FRESTON, Raphael. **Redes sindicais em empresas transnacionais: enfrentando a globalização do ponto de vista dos trabalhadores.** In: Análise, Friedrich Ebert Stiftung, 2015.

NORONHA, Eduardo. **“A explosão das greves na década de 80”.** In: BOITO Jr., Armando (org.). O sindicalismo brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista: o Ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2003.

[ROVAI, Marta G. de O. "A memória na luta contra o trauma: significados da greve de Osasco em 1968 nas narrativas de trabalhadores". **Revista Mundos do Trabalho, ANPUH-Brasil** v. 6, n. 11, 2014, p. 41-56.](file:///C%3A%5CUsers%5CUsuario%5CDownloads%5C34958-122560-1-PB.pdf)

RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. A. (Org.) **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social.** São Paulo: Boitempo, 2003.

Rodrigues, Iram J. **Sindicalismo e política: a trajetória da CUT.**São Paulo: Scritta, 1997.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena:** **experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

SILVER, Beverly J. **Forças do Trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870**. São Paulo: Boitempo, 2005.

SINDMONMETAL, Sindicato Metalúrgicos de João Monlevade. **Acordo para critérios de formação de comissão de PLR.** 2017. Disponível em: < <http://www.sindmonmetal.com.br/wp-content/uploads/2016/08/ACORDO-COMISSAO-PLR-1.pdf>>. Acesso em 02/02/2021.

VIANNA, Luiz W. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

[WEFFORT, Francisco. **Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco 1968.** Cadernos Cebrap. São Paulo: Cebrap, n. 5, 1972](http://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/index.php?r=acervos/busca).

1. Segundo Giannotti (2007, p. 49): “estima-se que entre os anos de 1844 a 1866 existiam nove tecelagens de algodão e por volta de 1890 já eram 48 fábricas”. [↑](#footnote-ref-1)
2. As entidades sindicais sofreram forte pressão de suas bases no sentido de conseguir o reconhecimento do governo para usufruir dos benefícios trabalhistas e previdenciários da nova legislação, mas os sindicatos com bases comunistas e anarquistas resistiam à busca da chamada “Carta Sindical” (ARAÚJO, 1996). [↑](#footnote-ref-2)
3. Entre 1978 e 1988, as greves tiveram um crescimento de 1.800% (NORONHA, 1991). [↑](#footnote-ref-3)
4. A Rede de trabalhadores da Gerdau conseguiu detectar práticas antissindicais da empresa por meio da Rede. Enquanto as montadoras do ABC paulista contam com as comissões de fábrica, os dirigentes da Gerdau não têm acesso ao local de trabalho após tornarem-se sindicalistas, pois a empresa os proíbe de entrarem na planta (Relatório do Encontro da rede Nacional dos Trabalhadores na Gerdau, 2015). [↑](#footnote-ref-4)
5. Enquanto um trabalhador da Gerdau no Rio de Janeiro, por exemplo, obtém uma remuneração média de R$ 3.000,00 por mês, o trabalhador da mesma empresa em Pernambuco recebe em média R$ 1.450,00. (Relatório do Encontro da rede Nacional dos Trabalhadores na Gerdau, 2015). [↑](#footnote-ref-5)
6. Encontro Nacional de Redes da CNM/CUT realizado em 27 de julho de 2015. Disponível em: <https://www.cnmcut.org.br/conteudo/encontro-reune-coordenadores-das-redes-sindicais-de-metalurgicos>. Acesso em: 19/02/2021. [↑](#footnote-ref-6)
7. Acordo disponível em: <http://www.sindmonmetal.com.br/wp-content/uploads/2016/08/ACORDO-COMISSAO-PLR-1.pdf>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2021. [↑](#footnote-ref-7)
8. Entrevista concedida pelo coordenador da Rede de Trabalhadores na Arcelor Mittal e dirigente sindical do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade/MG em 03 de fevereiro de 2021. [↑](#footnote-ref-8)